



EMENDA Nº - PLEN

(ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2020)

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, renumerando-se os demais:

“Art. ° O art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
.....
.....

§ 4º-A É permitido ao estatuto do FGO segregar os limites de cobertura da inadimplência de acordo com as características das instituições financeiras e das carteiras, bem como por períodos, conforme o perfil de perdas realizadas nas garantias sob responsabilidade do FGO, respeitados os seguintes limites da carteira de cada agente financeiro conforme parâmetros do conjunto de operações de crédito realizadas, nos termos do estatuto do Fundo:

I - até 85% (oitenta e cinco por cento), para o conjunto de operações realizadas com taxa anual máxima igual à taxa Selic acrescida de 1,25% sobre o valor concedido;

II – até 20% (vinte por cento), para o conjunto de operações realizadas com taxa anual máxima igual à taxa Selic acrescida de 6% sobre o valor concedido.”(NR)

”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, visa dar continuidade ao Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – PRONAMPE, que obteve êxito em destravar o crédito para micro e pequenas empresas durante a crise causada pela Covid-19, e ainda alavancar o volume de crédito concedido por meio das garantias públicas.

Neste sentido, a proposta busca ampliar os incentivos econômicos para que agentes financeiros ampliem o volume de crédito concedido aproximando a remuneração da linha com garantias públicas daquela cobrada anteriormente à crise pelas linhas sem estas garantias. Vejam, antes da Pandemia o crédito a micro e pequenas empresas praticava um *spread* entre 8 e 16% acima da Selic, porém tinham que arcar com





os custos de inadimplência destas linhas de crédito, que girava em torno de 11% da carteira segundo dados do Banco Central.

Com o Pronampe, o risco e o custo de inadimplência foram praticamente anulados, visto que cada operação tem garantia de 100% contra eventual calote e o conjunto da carteira de cada agente financeiro conta com garantia de até 85% do valor das operações concedidas. Isto permitiu que as linhas suportassem taxas de juros baixíssimas ao mesmo tempo que despertaram enorme interesse dos agentes financeiros por realizar estas operações, mostrando o sucesso do programa.

Entretanto, com a normalização gradual das atividades econômicas é de se esperar que as incertezas em relação ao nível de inadimplência se dissipem. Também é importante alavancar o volume de garantias visto que no atual patamar de 85% das carteiras as garantias são consumidas rapidamente, em uma proporção quase de 1 para 1 com o volume de crédito concedido.

Assim, considerando que a proposta em tela já aproxima a remuneração dos patamares pré-pandemia acreditamos que o nível de cobertura das garantias deva ser reduzido na mesma proporção, para 20% da carteira de cada agente financeiro, o que irá viabilizar que o volume de recursos disponibilizado para garantias do FGO possa ser multiplicado em 5x nas efetivas operações de crédito originadas conforme os novos parâmetros propostos (Selic + 6% a.a.).

Por fim, acreditamos que uma cobertura de 20% por carteira de cada agente financeiro ainda represente uma margem confortável de garantia, visto ser capaz de absorver quase o dobro da inadimplência realizada até 2019. Em um contexto de continuidade do programa em condições mais normais, este balanço entre garantias e remuneração, além de alavancar as garantias disponíveis e assim o volume de crédito disponível a micros e pequenas empresas, também irá colaborar com a originação diligente e responsável destas operações pelos respectivos agentes financeiros além de criar melhores incentivos para que a cobrança e recuperação destes créditos sigam os mesmos padrões adotados em outras linhas de crédito, favorecendo as empresas idôneas e os bons pagadores com garantias concretas e reais.

Contamos com o apoio de todos os nobres pares para empreendermos os ajustes necessários à continuidade efetiva deste importante programa.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**

